

# Excessos em tempo de crise

Num país com as altas taxas de desemprego e com as crises estruturais de vasto espectro, remunerações multimilionárias como aquelas que a banca paga a alguns dos seus administradores constituem verdadeira afronta à comunidade. Agravam-se desse modo as já numerosas questões estruturais existentes.

Por Rogério Fernandes Ferreira

Em Portugal grandes grupos empresariais de sectores financeiros disponibilizam, para os membros dos seus conselhos de administração, aliás bastantes membros, remunerações e benesses que, em média anual, se noticiam rondarem 3,5 milhões de euros (700 mil contos) por administrador. Custa a acreditar que estas práticas se verifiquem, pois estão em inteira discordância com a situação económica geral. Muitas das nossas empresas de média ou pequena dimensão vivem em extrema dificuldade, fortemente endividadas, em crescente redução de actividade, com perdas de postos de trabalho e prejuízos a acumularem-se.

Se as empresas de grande dimensão atribuem remunerações excessivas, chocantes, isso afectará a sua imagem junto de clientes e colaboradores não beneficiados. Em tudo deve haver razoabilidade. Os ditos excessos até poderão provocar baixas nos ganhos das empresas, reduzindo reservas, dividendos, reinvestimentos. Há quem aponte que pode não ser assim, acentuando que maiores remunerações dos gestores corresponderão a prémio e incentivo por bom desempenho, porventura mais valor criado também no benefício das empresas geridas.

Frequentemente ripostamos a exageros interesses, a quebras de ética, à mistificação do chamado “valor criado.” Aliás, não deve atribuir-se o valor criado só a alguns, quando é certo resultar do esforço de muitos interventores e colaboradores. Aliás, por vezes, não há, em rigor, acréscimo real de valor. Há mera transferência. Tira-se de um lado para pôr em outro.

Muitos dirão que grandes ganhos suscitam invejas. No entanto, convirá evitar afrontamentos. Se outros demais cidadãos auferem muito pouco de seu também válido desempenho e esforço, estarão a agudizar-se desigualdades e injustiças. No País, há actualmente focos de extrema pobreza.

Nas décadas de 60 e 70 do século passado os excessos de ganhos mitigavam-se recorrendo à tributação dos rendimentos por taxas altamente progressivas. A fiscalidade evoluiu, agora privilegia-se a tributação pela despesa. Os altos rendimentos e ganhos beneficiam de exclusões ou de fortes reduções de tributo.

Acresce que pagar-se, na situação actual, remunerações da ordem de grandeza referida, em país tão pobre como o nosso, em que o salário mínimo anda por cerca de 700 vezes menos, revela extrema insensibilidade, parece raiar a insensatez. Ironicamente, anota-se que os referidos administradores estão a ganhar mais do que muitos dos melhores treinadores e jogadores do futebol mundial.

Convenhamos que num país com as altas taxas de desemprego e com as crises estruturais de vasto espectro com que se depara, as referidas remunerações constituem verdadeira afronta à comunidade. Agravam-se desse modo as já numerosas questões estruturais existentes, a excessiva despesa pública e inerentes défices orçamentais, a tributação distorcida, a pobreza de muitos, as poucas actividades produtivas que restam, o alto consumismo e endividamento, etc.

Sempre houve e sempre há pelo mundo fora situações chocantes, causadoras de indignação a quem gostaria de um mundo melhor, com mínimos de equidade e de conduta ética.

Nos últimos 30 anos muitos de nós empenharam-se em reivindicar e alcançar proventos, regalias e benesses em excesso. Pede-se-lhes que transijam. Encontraram-se actuações pouco ortodoxas.

Fala-se, de há muito, em matar o “monstro” que, de uns modos ou de outros, quase todos alimentámos.

As pessoas de maior responsabilidade social têm de ser exemplares na urgentíssima repartição dos sacrifícios necessários. Está difícil... ★

(Texto recebido pela CTOC em Maio de 2006)



Rogério Fernandes Ferreira

- Advogado
- Economista
- Professor catedrático